

A sociedade global do risco*

Um diálogo entre Danilo Zolo¹ e Ulrich Beck²

RESUMO. O presente diálogo cuida da seguinte temática: Rumo a uma nova modernidade, Um diálogo global entre as culturas, Globalismo econômico e fundamentalismo mercantil, em direção a uma “McDonaldização” da sociedade global? A função dos Estados nacionais, Rumo a um capitalismo sem emprego e sem vínculos fiscais? Que ordem política mundial?

1 – Rumo a uma nova modernidade

Danilo Zolo – *Eu acho que há uma profunda continuidade teórica entre seus últimos livros – em particular “Risikogesellschaft” e “Gegengifte” – e este último, “Was ist Globalisierung”? , que deverá sair na Itália pelo editor romano Carocci.*

Ulrich Beck – É verdade. Em meu livro *Sociedade do risco*, que saiu na Alemanha em 1986, propus a distinção entre uma primeira e uma segunda grande modernidade. Caracterizei a primeira modernidade nos seguintes termos: uma sociedade estatal e nacional, de estruturas coletivas, com pleno emprego, rápida industrialização e um aproveitamento da natureza não “visível”. O modelo da primeira modernidade – que poderemos também chamar “simples” ou “industrial” – tem profundas raízes históricas. Afirmou-se na sociedade europeia, através de várias revoluções políticas e industriais, a partir do Setecentos. Hoje, no final do milênio, encontramos-nos diante do que eu chamo “modernização da modernização” ou “segunda modernidade” ou ainda “modernidade reflexiva”. Trata-se de um processo no qual são colocadas em questão e transformam-se em objeto de “reflexão” as assunções fundamentais, as insuficiências e as antinomias da primeira modernidade. A tudo isto estão coligados problemas cruciais da política moderna. A modernidade iluminista deve enfrentar o desafio

* Diálogo ocorrido em 1998. Tradução do prof. Andrea Ciacchi (UFPB). Revisão técnica: prof. Fredys Orlando Sorto (CCJ/UFPB).

1 – Danilo Zolo é professor de Filosofia e de Sociologia do Direito na Universidade de Florença (Itália) e professor visitante do Programa de Mestrado em Ciências Jurídicas do CCJ/UFPB.

de cinco processos: a globalização, a individualização, o desemprego, o subemprego, a revolução dos gêneros e, *last but not least*, os riscos globais da crise ecológica e da turbulência dos mercados financeiros. Penso que um novo tipo de capitalismo e um novo estilo de vida, muito diferentes das fases precedentes do desenvolvimento social, estejam se afirmando. E é por estes motivos que temos necessidade urgente de novos quadros de referência, seja no plano sociológico, seja no político.

Danilo Zolo – *Em suas páginas, a análise dos dilemas e dos riscos da globalização parece-me conduzida com muita lucidez e vigor crítico. Este é, ao meu ver, o aspecto mais estimulante do seu livro que, de resto, é, em geral, tematicamente muito rico, brilhante e tudo menos apologético em relação à presente situação internacional e dos potentados políticos e econômicos que a governam. Ao mesmo tempo, porém, você continua a sugerir um comportamento substancialmente otimista, ainda que se trate, por assim dizer, de um “otimismo dramático”.*

Ulrich Beck – Não, eu não falaria em otimismo (...). Como ser otimista diante da atual situação do mundo? Mas, por outro lado, como ser apenas pessimista? O mundo que temos diante de nós está carregado de paradoxos que nos deixam perplexos. Devemos nos liberar de algumas certezas antropológicas do passado e, ao mesmo tempo, tentar construir, no meio de uma quantidade de contradições e de rupturas, linhas de coerência e de continuidade. Esperança e desespero não deixam de entrelaçar-se em nossa experiência. Vejamos, por exemplo, a Europa: um século obscuro, no qual tivemos duas sangrentas guerras mundiais, o Holocausto, o fascismo e o imperialismo comunista está finalmente no ocaso e está deixando lugar à perspectiva de uma Europa democrática a ser construída nos próximos anos. Não são essas razões suficientes para ser otimista e pessimista ao mesmo tempo?

Danilo Zolo – *E, todavia, a intenção última de seu livro, através de uma interpretação a que você mesmo chama “dialética”, é apresentar a globalização como precursora de uma nova modernidade. A sociedade do risco – tanto em*

nível global quanto nacional – não comporta, você sustenta, uma despedida da tradição iluminista, como querem, ao contrário, as tendências irracionais do “pós-moderno”. Pelo contrário, você se esforça por delinear uma teoria social que na esteira de Weber encontre no presente o perfil de uma nova modernidade. Como no século XIX a modernização industrial dissolveu e superou o sistema corporativo da sociedade rural, assim a modernidade global está destinada, ao seu ver, a superar as atuais formas políticas “nacionais-estatais” e da economia “tardo-capitalista”. É assim?

Ulrich Beck – Sim, é verdade, mas os tempos mudam, como lhe disse, as assunções fundamentais, a antropologia e o próprio paradigma da modernidade. Claro, o termo “modernidade” sempre significou também crises em curso, descontinuidades e incertezas. Mas o que distingue a “modernidade reflexiva” e a torna problemática é o fato de que devemos encontrar respostas radicais aos desafios e aos riscos globais produzidos pela própria modernidade. Os desafios podem ser vencidos se conseguirmos produzir mais e melhor tecnologia, mais e melhor desenvolvimento econômico, mais e melhores diferenças funcionais. E estas são as condições para combater o desemprego, a destruição do ambiente natural, o egoísmo social e assim por diante.

2 – Um diálogo global entre as culturas

Danilo Zolo – *Permita-me uma objeção: o que pode significar exatamente “nova modernidade” se, como faz você, se refere não apenas ao mundo europeu e ocidental, mas a todas as culturas do globo? Não há aqui o risco de adotar-se a perspectiva eurocêntrica, de acabar involuntariamente em formas de “imperialismo” antropológico e cultural, como fazem, ao meu ver, os mais famosos “Western globalists”, começando por David Held, Richard Falk e, em alguma medida, também Jürgen Habermas? As reflexões de Samuel Huntington sobre conflitos entre civilizações não contêm, apesar de suas evidentes fraquezas teórico-políticas, pelo menos uma advertência de cautela a ser acolhida? Ou seja, que os valores ocidentais, por preciosos que sejam, não são absolutamente*

universais e não podem ser “exportados” com a força, a pressão econômica ou a propaganda.

Ulrich Beck – Pessoalmente não concordo com a imagem do mundo contemporâneo que Samuel Huntington pintou. A minha impressão é que quando Huntington fala em “conflitos entre civilizações”, na realidade tem em mente a experiência de um homem branco e protestante ameaçado pela rápida emergência da América do Norte já transformada em multicultural e cada vez mais influenciada pelas tradições culturais de origens não européias. A minha teoria de “segunda modernidade” é uma tentativa séria de superar todo o tipo de “imperialismo ocidental” e toda a concepção unilateral de modernidade. Eu me proponho a superar o preconceito de evolução que aflige grande parte da ciência social ocidental. É um preconceito que relega as sociedades não ocidentais contemporâneas à categoria do “tradicional” e do “pré-moderno” e, deste modo, em vez de defini-las pelo seu próprio ponto de vista, concebem-nas em termos de oposição à modernidade ou de não-modernização. Muitos pensam até que o estudo das sociedades ocidentais pré-modernas possa nos ajudar a entender as características que os países não-ocidentais apresentam hoje. “Segunda modernidade” significa, ao contrário, que devemos pôr com firmeza o mundo não ocidental no âmbito da “modernização da modernização”, isto é, dentro de um pluralismo de modernidade. Nessa perspectiva, há espaço para conceitualizar a possibilidade de trajetórias divergentes da modernidade.

Danilo Zolo – *Concordo com o sentido desta sua tentativa, mesmo tendo algumas dúvidas sobre a possibilidade de universalizar a categoria de “modernidade”. Mas, a este respeito, o que acha de autores japoneses, chineses, malaios, como Shintaro Ishihara, Mahathir Mohammed, Son Qiang e Zhang Xiaobo, que recusam os valores políticos e culturais da modernidade ocidental mesmo aceitando o industrialismo e a economia de mercado? A recusa, como se sabe, diz respeito em particular à tradição liberaldemocrática e à doutrina dos direitos do homem. Há entre eles quem reivindique contra o ocidente a universalidade dos “valores asiáticos”. Lee Kuan Yew, o célebre rei filósofo de Singapura, sustenta, por exemplo, que a tradição confuciana, com a sua concepção paternalista do poder e a sua idéia orgânica da sociedade e da família,*

oferece o quadro ideológico ideal para conter os efeitos “anarquistas” da economia de mercado e para atenuar os impulsos desagregadores do individualismo e do liberalismo ocidental.

Ulrich Beck – Trata-se de um debate muito importante e estimulante. Primeiramente, nós ocidentais devemos levar em conta o fato de que há em curso amplas discussões – na Ásia, na África, na China, na América do Sul – que têm como objeto o tema das “modernidades divergentes”. No meu livro “*Was ist Globalisierung?*” tentei contribuir para este diálogo global fazendo uma distinção entre o “contextualismo universal ou relativismo”, que é um comportamento pós-moderno, e o “universalismo contextual”, que supera a alternativa rígida entre a afirmação de um (único) universalismo e a negação de qualquer possível universalismo. Nesta perspectiva podem conviver tanto o *meu* quanto o *teu* universalismo, ou seja, uma *pluralidade* de universalismos diferentes. Neste ponto deveremos ser muito precisos. Na sociedade global do risco, as sociedades não-ocidentais têm em comum com as sociedades ocidentais não só o mesmo espaço e o mesmo tempo mas também alguns dos desafios fundamentais da segunda modernidade, mesmo que percebidas em âmbitos culturais diferentes e segundo perspectivas divergentes. Estes aspectos de analogia entre situações diversas foram ilustrados por um debate recente, “Korea: a Risk Society”, publicado no *Korea Journal* (30, 1998, 1). Os ensaios apresentados neste volume são um ótimo exemplo de como a idêntica situação de risco produzida por uma modernização muito rápida pode dar vida a perspectivas culturais divergentes e, justamente por isso, muito interessantes tanto do ponto de vista teórico quanto do político.

3 – Globalismo econômico e fundamentalismo mercantil

Danilo Zolo – *Aprecio a sua referência à necessidade de um “diálogo global” entre as culturas e todavia este diálogo me parece, no que diz respeito ao Ocidente, ainda muito longe de ser, não digo iniciado, mas até mesmo concebido. Mas volto a um problema central da sua elaboração teórica. A sociedade do risco – você sustenta no “Risikogesellschaft” – é uma sociedade que, apesar de tudo, tem à disposição novas possibilidades de transformação e de desenvolvimento racional da condição humana: maior igualdade, maior liberdade individual e*

capacidade de autoformação. O imperativo que você formulava então era a necessidade que a perspectiva de uma nova “ecologia política” conseguisse prevalecer sobre esquemas da lógica puramente econômica da produção, do consumo e do proveito. Analogamente, hoje, você sustenta que os riscos que ameaçam a sociedade globalizada podem mobilizar – sobretudo no mundo ocidental – novas energias sociais e políticas. Pergunto-lhe: que o leva a pensar que uma política transnacional possa conseguir prevalecer sobre esquemas do “globalismo econômico” e que um sentido coletivo de responsabilidade pelo destino do mundo possa contrastar a apatia e o desencanto político – recentemente se tem falado de neo-hedonismo e de neocinismo das novas gerações – que hoje se espalham no ocidente?

Ulrich Beck – Quando escrevi meu livro sobre a globalização, ou seja, há um ano e meio atrás, a crítica do globalismo neoliberal parecia absolutamente “idealista”, na velha acepção alemã do termo. Mas nós vivemos mesmo num mundo onde tudo é fortemente acelerado e dificilmente controlável. Neste breve período de tempo a atenção pública mundial concentrou-se na questão de como controlar o mercado financeiro global e seus riscos globais. Pergunto-me como poderia, ou deveria ser, uma globalização *responsável* e como pode se transformar numa realidade concreta. O fundamentalismo mercantil, naturalmente, assume que os mercados financeiros sejam sistemas capazes de auto-regulamentação e que tendam constantemente ao equilíbrio. Em seu último livro, George Soros usa a noção de “reflexividade” – Anthony Giddens também a usa e eu a uso também – para propor um ponto de vista realista. Ele sustenta que por causa do caráter reflexivo dos meios de informação os mercados financeiros tendem à instabilidade. Podem ficar caóticos, ser influenciados por efeitos de “*bandwaggon*”, por comportamentos de massa irracionais e por fenômenos de pânico. Por estas razões os mercados financeiros globais pertencem à categoria da sociedade mundial do risco. A principal conseqüência de tudo isso é que a era da ideologia do mercado livre já não passa de uma vaga reminiscência. Verifica-se exatamente o contrário: a politização do mercado global. Na Ásia está acontecendo algo que se poderia chamar de uma Chernobyl econômica: o caráter “socialmente explosivo” do risco financeiro global está se transformando numa realidade. E isto dá vida a uma dinâmica de transformação cultural e política que

enfraquece as burocracias, contesta a hegemonia da economia clássica, desafia o neoliberalismo e redesenha as fronteiras e as arenas da política contemporânea. Aparecem novas opções políticas: o protecionismo nacional e regional, o recurso a mecanismos de regulamentações e a instituições supranacionais e, enfim, a questão da democratização destas políticas.

Danilo Zolo – *Então você acha que tudo isto pode abrir novas perspectivas e fazer emergir forças políticas transnacionais. É uma possibilidade, admito, ainda que neste momento não veja indícios neste sentido. Reconheço, de qualquer forma, que neste livro você se esforçou por analisar os vários aspectos do processo de globalização fora dos esquemas tradicionais que contrapõem os precursores da globalização como desenvolvimento coerente da modernidade ocidental aos seus difamadores. Estes vêem na globalização essencialmente um fator de turbulência e, ao mesmo tempo, uma desenfreada ida em direção a concentração do poder internacional, o aumento da distância entre países ricos e países pobres e o achatamento das diversidades culturais. Pergunto-lhe: que argumentos você opõe a quem sustenta que os processos de globalização tendem a hierarquizar ulteriormente as relações internacionais pondo no vértice do poder e da riqueza um diretório de potências industriais, acima de tudo os Estados Unidos, a União Européia e o Japão?*

Ulrich Beck – Há uma forte tendência a pôr o sinal de igualdade entre globalização e americanização ou até entre globalização e novo imperialismo. Mas isto não é completamente verdadeiro. Há provas evidentes que a globalização é cada vez mais um fenômeno descentralizado, não controlado e não controlável por um único país ou por um grupo de países. Na realidade, as conseqüências da globalização atingem ou podem atingir os Estados Unidos como a França, a Itália, a Alemanha ou os países asiáticos. Isto é verdade pelo menos para os riscos financeiros, para os meios de comunicação e para os desequilíbrios ecológicos (o aquecimento da atmosfera, por exemplo). O Estado nacional é submetido a desafios de maneira igual na América do Sul, na Ásia, na Europa ou na América setentrional. Há até fenômenos de “colonização inversa”. Ou seja, acontece que países não-ocidentais modelem formas de desenvolvimento no ocidente. Veja a “latinização” de algumas grandes cidades

estadunidenses, a emergência na Índia e na Malésia de um setor de alta tecnologia sem raízes territoriais e orientado ao mercado global, ou então a aquisição feita por Portugal de uma grande quantidade de produtos musicais e televisivos do Brasil. Mas, naturalmente, há vencedores e perdedores no jogo da globalização. Uma minoria torna-se cada vez mais rica e uma maioria crescente torna-se cada vez mais pobre. A quota da receita global que foi destinada aos 5% mais pobres da população mundial passou, nos últimos 10 anos, de 2,3% para 1,4%. No mesmo período, a quota abocanhada pelos 5% mais ricos da população mundial cresceu de 70% para 85%. Como escreveu recentemente um autor inglês, mais do que “aldeia global” (*global village*) é o caso de falar de “saqueio global” (*global pillage*).

Danilo Zolo – *E você não acha então que a concentração do poder internacional tenha como consequência uma crescente inclinação das grandes potências a violar o direito internacional? Como julga, a este propósito, a tendência dos Estados Unidos transformarem-se em policiais do mundo através do uso instrumental até mesmo do Conselho de Segurança das Nações Unidas? Não acha que isso tenha acontecido recentemente no que foi chamado de “terceira guerra” do Golfo Pérsico? Não há o risco de que isto alimente – e aos olhos de muitos termina por justificar – o terrorismo internacional?*

Ulrich Beck – Sim, como disse, vivemos numa sociedade mundial do risco. O mundo está ficando caótico. Não me é difícil imaginar a possibilidade de um grande número de desastres. “Segunda modernidade” não significa que cada coisa deva ir pelo seu próprio caminho. Seria uma profunda incompreensão do meu ponto de vista. Há atrás da porta novas ameaças que ninguém está preparado para enfrentar. Eu mesmo estou trabalhando há alguns anos num novo livro sobre o “mau cidadão”: é um cidadão que usa sua liberdade para contrastar as incertezas sociais que encontra diante de si e nas quais está imerso. Mas este comportamento não é suficiente. Seria intelectualmente muito fácil. Muito mais difícil é tentar reconstruir e desenvolver as novas opções, os novos horizontes sociais e políticos que estão surgindo. Enfim, é muito fácil ser hoje unilateralmente pessimista. Eu sou simultaneamente otimista e pessimista. O meu interesse é

descobrir o que é novo. As idéias fundamentais da minha teoria da sociedade do risco vão além do otimismo e do pessimismo.

Danilo Zolo – Concordo com você, ainda que com a minha pergunta não tencionava solicitar-lhe uma declaração de pessimismo mas um julgamento específico sobre o processo de hierarquização do poder internacional – a meu ver em andamento, hoje – e sobre a função que, neste quadro, desenvolvem as instituições internacionais e os Estados Unidos. Concordo, de qualquer forma, com a sua recusa ao fatalismo.

4 – Em direção a uma “McDonaldização” da sociedade global?

Danilo Zolo – *Em seu último livro você escreveu algumas páginas, que eu acho muito interessantes, para criticar o fatalismo de quem jura pela inevitável homologação cultural do planeta. Você sustenta que a tese de George Ritzer sobre a “McDonaldization of society” está errada. E é exagerado pensar que a globalização cultural seja um rolo compressor que produz a “ocidentalização” do mundo. Esta tese é sustentada, como se sabe, por Serge Latouch. Outros sociólogos da globalização – Mike Featherstone e Bryan Turner, por exemplo – acreditam que estejamos diante de um fenômeno de “crioulização” das culturas indígenas. Tratar-se-ia de uma extensa contaminação de culturas fracas por parte de modelos de consumo e dos estilos de vida que os grandes meios de comunicação de massa – quase sempre radicados no ocidente – difundem no mundo, em particular através da comunicação publicitária. É um fenômeno, sustentam, de destruição da diversidade, da complexidade e das belezas do mundo.*

Ulrich Beck – Para mim este é um dos aspectos mais fascinantes do debate sobre a globalização cultural que envolve, em particular, escritores anglo-saxões – antropólogos e teóricos da cultura – como Appadurai, Robertson, Featherstone, Lash, Urry, Albor, Eade e muitos outros. Há um novo significado da dimensão local que emerge na era da globalização. A inteira literatura que se ocupa disto oferece uma pitoresca e convincente contraprova do estereótipo simplista da “McDonaldização do mundo”. O que está claro é que neste horizonte transnacional formam-se, quase sempre ilegalmente, amálgamas sociais que ameaçam seriamente a aspiração dos estados nacionais a exercer um controle

territorial e a garantir a ordem. Os espaços da vida privada e do trabalho que derivam são “impuros” . Para analisar estes fenômenos a sociologia deve abandonar esquemas de interpretação muito rígidos e admitir a possibilidade de coexistência de formas de vida diferentes.

Danilo Zolo – *Mas você acha mesmo que existam culturas e civilizações capazes de resistir à imponente deriva que difunde no mundo a ciência, a tecnologia, a burocracia, o industrialismo e o individualismo ocidentais? E o que pode reduzir, não digo frear, o fenômeno da migração de massa dos países pobres para os países industrializados com todas as conseqüências que isto comporta em termos de desigualdade social, de exploração do trabalho e de destruição das identidades culturais? Os processos de globalização podem favorecer – ou, pelo contrário, sufocar – os estímulos à autonomia étnica ou à independência nacional? Estou pensando por exemplo, entre muitíssimos outros, nos tâmiles, palestinos, curdos, bascos, cósicos.*

Ulrich Beck – Acho que há dois modos de conceber e de conceituar a globalização: dois modos que devem ser mantidos nitidamente distintos. Um corresponde à idéia de uma globalização simples e linear e o outro ao conceito de “globalização reflexiva”. A versão simples leva à teoria de que poderíamos definir de “recipiente social”: o recipiente é a sociedade estatal e nacional, fundamentada numa identidade coletiva mais ou menos homogênea. A globalização deste ponto de vista é algo que nos agrega, que vem de fora e, por isso, nos ameaça e até nos agride na nossa identidade comum. Na perspectiva da concepção reflexiva da globalização a própria definição de sociedade muda radicalmente. Viver juntos não significa mais residir juntos em lugares geograficamente contíguos. Pode significar também viver juntos atravessando fronteiras estatais e também continentais. Isto vale não apenas para os “atores globais” e para os *managers* do capitalismo global, mas também, por exemplo, para o taxista indiano que trabalha em Londres ou para os mexicanos que vivem em Nova Iorque ou no México e que decidam em cima das fronteiras os negócios comuns a serem realizados em cidades mexicanas. Estes são só alguns exemplos, mas a literatura é vastíssima. Disto deriva que a posse territorial não mais é, como no tempo do Estado nacional, um imperativo para a vida social e para a realização de uma

comunidade. É preciso acrescentar que as relações e os laços sociais e políticos de natureza não-territorial que se desenvolvem na sociedade cosmopolita não foram ainda descobertos, afirmados e encorajados. Enfim, respondo a sua pergunta dizendo: sim, acho que o desenvolvimento da modernidade não seja linear e que possa se quebrar a qualquer momento por razões endógenas. A “cela de aço” da modernidade de que Weber falava está se abrindo, solicitada por uma pluralidade de modernizações divergentes.

Danilo Zolo – *A globalização, você sustenta em seu livro, é uma realidade irreversível – em nível econômico, ecológico, técnico-comunicativo, civil, de organização do trabalho etc., – que nenhum protecionismo, novo ou velho, pode parar ou condicionar: nem o protecionismo “negro” dos nacionalistas, já obsoleto, nem o protecionismo “verde” dos ecologistas radicais que hoje redescobrem o Estado nacional como um “biotipo” em extinção e se apressam para protegê-lo, nem, finalmente, o protecionismo “vermelho” que relança anacronicamente em nível mundial a palavra de ordem da luta de classe.*

Ulrich Beck – Sim, é assim. Há um “reflexo protecionista” presente em todos os países e que é sustentado por todos os partidos políticos. Naturalmente dá para entender os motivos. Ninguém está preparado para as grandes transformações em curso. Todos esperam que a globalização destrua os pressupostos em que os próprios vizinhos construíram suas casas e organizaram a própria vida. Acontece, então, que a globalização produza algo que se poderia chamar “efeito caracol”. Mas se esconder na própria toca não será muito útil. Recusar-se a tomar conhecimento do que está acontecendo além do beiral da porta de casa e não aceitar expor-se aos riscos do novo não será uma maneira eficaz de preparar-se para o futuro.

5 – A função dos Estados nacionais

Danilo Zolo – *Mas você não acha que haja aspectos da globalização que os países da “periferia” do mundo deveriam tentar contrastar, mesmo com meios políticos, para resistir à força homogeneizadora do mercado e dos seus correlatos ideológicos? A idéia de Nação e de Estado nacional pode mesmo ser considerada como um obscuro resíduo do passado? Não é, talvez, verdade que a inteira*

tradição da democracia representativa, da “rule of law” e da própria doutrina dos direitos do homem sejam indissociáveis do fato histórico do Estado nacional soberano?

Ulrich Beck – O Estado nacional está se transformando, claro, não se pode dizer que esteja em vias de extinção. Pode até se reforçar, como eu disse no meu livro, tornando-se um Estado cooperativo, um Estado transnacional ou cosmopolita. Mas não será mais, todavia, um Estado nacional no velho sentido. Para realizar o seu “interesse nacional” o Estado da Segunda modernidade deve ativar-se simultaneamente em vários níveis locais e transnacionais e entre instituições muito distantes de suas fronteiras. Um Estado, por exemplo, pode até usar a Europa como um pretexto para não tomar decisões locais ou para concretizar, em nível europeu, decisões para as quais o governo nacional não disporia do apoio da maioria interna. Atores globais, como as empresas multinacionais, dispõem de um grande poder no âmbito dos negócios de um Estado nacional, pois podem aumentar ou reduzir a oferta de emprego. Mas um novo protecionismo regional poderia, apesar de tudo, revelar-se eficaz. No meu livro propus uma experiência mental: imaginemos um mundo em que os custos de informação e de transporte além das fronteiras nacionais aumentem de modo significativo. As economias regionais e os mercados regionais – os da União Européia, por exemplo – tirariam, certamente, proveito.

Danilo Zolo – *Concordo com você. Acrescentaria apenas que a ênfase globalista subestima o fato de que o Estado nacional pareça destinado não apenas a conservar por muito tempo suas funções tradicionais, mas também a assumir funções novas que não poderão ser absorvidas por estruturas de agregação regional ou global. Só um Estado nacional democrático parece ter condições de garantir uma boa relação entre extensões geopolíticas e lealdade dos cidadãos e, só por isso, desenvolve, ao meu ver, uma função não facilmente substituível, também em relação aos excessos das reivindicações étnicas. E, também, não esqueçamos, as pessoas são muito menos móveis que o dinheiro, as mercadorias, e as idéias, para não falar nos conteúdos da comunicação eletrônica: as pessoas são muito mais “nacionalizadas” e se deverá apelar, de*

qualquer forma, ao enraizamento nacional e territorial dessas pessoas, mesmo no futuro, para dar legitimidade às instituições supranacionais.

Ulrich Beck – Em volta deste ponto desenvolveu-se a mais importante controvérsia no âmbito da teoria política contemporânea: é possível uma democracia além do âmbito do Estado nacional? Ou o Estado nacional deve ser considerado como o *único* âmbito institucional no qual se pode realizar o Estado de direito e, portanto, a tutela dos direitos do homem? Pode haver legitimação democrática obtida através de procedimentos transnacionais? Para mim, pelo menos no que diz respeito ao âmbito europeu, esta discussão tem um valor puramente teórico. É pura ilusão pensar que seja possível fazer recuar os ponteiros do relógio da História e voltar à Europa dos tempos da democracia nacional. Não haverá democracia na Europa se não houver uma democracia reforçada no plano transnacional. A democracia foi inventada mais de mil anos atrás num âmbito local. Depois, ao longo da primeira modernidade, assumiu uma dimensão nacional. Agora e no futuro próximo a democracia deve ser reinventada a nível transnacional. É este o sentido do projeto democrático para a Europa.

Danilo Zolo – *Concordo, mas o problema se põe, sobretudo, fora da Europa, onde a dimensão transnacional é bem mais problemática. Você escreveu que já vivemos numa sociedade mundial em que qualquer representação de “espaços fechados” só pode ser fictícia. E o próprio Estado é pensado apenas como um “Estado transnacional”, cuja “sociedade civil” é atravessada por uma enorme quantidade de agências e instituições transnacionais como as grandes empresas econômicas, os mercados financeiros, as tecnologias da informação e da comunicação, a indústria cultural e assim por diante. Em poucas palavras, você acha que a especificação da globalização esteja na extensão, na densidade e na estabilidade da rede de interdependência entre global e local (a chamada “glocalização”) da qual a humanidade inteira está tomando consciência através da comunicação de massa. A globalidade, você diz, já é o horizonte cognitivo ao qual ninguém pode subtrair-se. Mas, talvez, você poderia objetar que há continentes inteiros – penso, por exemplo, na África – e amplas faixas de novos pobres e de novos analfabetos até mesmo dentro dos países mais ricos que são excluídos do*

horizonte cognitivo da globalidade (e do uso dos meios eletrônicos que difundem a consciência reflexiva).

Ulrich Beck – Vou lhe responder contando uma história: alguns anos atrás uma antropóloga, especializada no estudo do Camboja rural, chegou a uma pequena aldeia cambojana, onde pretendia desenvolver sua pesquisa de campo. À noite foi convidada a uma casa particular para divertir-se. A antropóloga esperava descobrir alguma coisa sobre que passatempos tradicionais sobreviveriam naquela aldeia perdida na Ásia. Ao contrário, a noitada foi dedicada a assistir a transmissão televisiva do filme *Basic Instinct*. Naquele momento o filme não tinha sido ainda projetado nas telas de Londres. Portanto, a globalização, neste sentido, não pode de modo algum ser freada. Os antropólogos repetem a substância desta história: as culturas locais do globo, hoje, não podem ser estudadas e entendidas sem levar em conta os “fluxos globais”, como sustentou, entre outros, Appadurai. Mas, claro, isto não exclui que as desigualdades sociais estejam aumentando.

6 – Rumo a um capitalismo sem emprego e sem vínculos fiscais?

Danilo Zolo – *Zygmunt Bauman falou de uma nova estratificação da população mundial em ricos globalizados e pobres localizados. E você mesmo lembra que os países da União Européia, nos últimos vinte anos, ficaram mais ricos numa proporção que gira em torno de cinquenta e setenta por cento. Apesar de tudo, temos na Europa, hoje, vinte milhões de desempregados, cinquenta milhões de pobres e cinco milhões de sem-teto. Isto não é indicador de novas, mais profundas diversidades em poder e riqueza entre os habitantes do planeta? Não poderia isto ser a “brasileirização” do mundo?*

Ulrich Beck – Acabei de terminar de escrever um livro – “*Die schöne neue Arbeitswelt*” (O belo novo mundo do trabalho) – no qual salpico a tese da “brasileirização” do ocidente. Pondo pelo avesso um julgamento de Marx, se poderia, de fato, sustentar que muitas áreas do “Terceiro Mundo” mostram à Europa a imagem do seu futuro. Por um lado – este é o aspecto positivo – se poderia indicar elementos como o desenvolvimento de sociedades multireligiosas, multiétnicas, e multiculturais, estilos de vida intraculturais e uma multiplicação das soberanias. Por outro lado – e este é o aspecto negativo – devemos apontar a

difusão de áreas de informalidade, a flexibilidade do trabalho, a “*deregulation*” de amplos setores da economia e das relações de trabalho, o aumento do desemprego e do subemprego (trabalhos “*part-time*”, trabalhos temporários ou por tarefas, trabalhadores domésticos e outras categorias que não é fácil designar com as terminologias tradicionais). A tudo isto é preciso acrescentar, como você disse, a radicalização das desigualdades e uma alta taxa de violência e criminalidade.

Danilo Zolo – *O “globalismo econômico” é, no seu léxico teórico, algo bem diferente da globalização. É uma ideologia ultralibertária – você fala até de “metafísica do mercado global – que procura esconder os riscos que comportam, em particular, os processos de globalização econômico-financeira. O perigo muito mais grave, diz você, vem dos setores mais fortes da economia globalizada: ou seja, vem da capacidade que as grandes empresas industriais e financeiras têm de se absterem dos vínculos da solidariedade nacional, em particular das imposição fiscal. A estrutura das grandes “corporations” é tamanha que podem escolher a bel-prazer e mudar rapidamente as sedes geográficas ou funcionais dos próprios fatores de produção, obtendo, assim, grandes vantagens e subtraindo-se às regras impostas pelos órgãos estatais. Que medidas você acha que são possíveis, fora da idéia do “governo mundial” e do “Estado mundial” que você também parece considerar como uma perspectiva não realizável?*

Ulrich Beck – Não nos devemos iludir: um capitalismo que fosse concentrado exclusivamente na propriedade e no lucro, que voltasse as costas para os trabalhadores, ao “*Welfare State*” e à democracia, terminaria por autodestruir-se. Por isso hoje não é apenas o risco que milhões de pessoas fiquem desempregadas. E não apenas o “*Welfare State*” que corre riscos. A liberdade política e a democracia correm risco! Devemos perguntar: qual a contribuição que a economia global e as “*corporations*” internacionais oferecem para sustentar a democracia em nível nacional ou cosmopolita? Devemos fazer com que a economia seja responsável pelo futuro e pela democracia, reforçando, por exemplo, a política transnacional na Europa. Mas temos também que tentar reforçar as organizações transnacionais dos consumidores e, em geral, a chamada “*global civil society*”.

Danilo Zolo – *O desenvolvimento das tecnologias eletrônicas – automação, informática, telemática – aumenta a produtividade das empresas multinacionais que tendem a desfazer-se cada vez mais da mão-de-obra que não seja altamente qualificada. Está se afirmando um capitalismo global que tem condições de abrir mão de grande parte do custo do trabalho e, a médio prazo, até mesmo do próprio trabalho. É isto, até mesmo nos países industriais, que está triturando as novas gerações, cada vez mais atingidas pelo desemprego. Mas os mais ameaçados são todos os cidadãos que não pertencem à minoria daqueles que têm condições de desenvolver tarefas tecnologicamente sofisticadas. A maioria dos cidadãos, mesmo quando encontram emprego, são obrigados pela lógica da “flexibilidade” a aceitar ocupações precárias e pouco retribuídas e que, com freqüência, por si só não bastam para garantir uma subsistência digna.*

Ulrich Beck – Isto é absolutamente verdade. Devemos reconhecer que até mesmo nos chamados países de pleno emprego como os Estados Unidos e a Inglaterra entre um terço e a metade das pessoas que trabalham hoje são “operários flexíveis”, segundo os muitos e muito ambíguos significados do termo. Acontece algo semelhante ao que aconteceu a respeito do chamado “modelo familiar normal”. O que um dia foi típico está se transformando num fenômeno minoritário. E é por isso que devemos repensar e reformar o *Welfare State* baseados nesta mutação morfológica do trabalho e da vida privada.

Danilo Zolo – *Mas é mesmo possível reformar o Welfare State? Ainda estamos a tempo de fazê-lo? Em seu livro você destaca o fato de que à medida em que crescem os lucros das grandes empresas, nos países ocidentais estão acabando os recursos financeiros tradicionalmente destinados às aposentadorias, aos serviços sociais e à assistência aos idosos. Estão acabando porque as grandes empresas conseguem diminuir não apenas o custo da mão-de-obra mas também os vínculos dos encargos fiscais. Isto provoca naturalmente uma crise das balanças estatais que podem contar cada vez menos com as receitas fiscais ligadas às atividades produtivas. Não é, portanto, apenas o trabalho que vem a faltar: faltam também os recursos públicos. Não há, então, o risco de que toda forma de “Welfare State” seja destinada à extinção e que os defensores dos*

direitos sociais nos países ocidentais estejam debatendo-se por uma causa já perdida para sempre?

Ulrich Beck – Não, eu não penso assim. Na Europa, hoje, temos, de maneira inesperada, uma grande maioria de governos orientados à esquerda, inclusive a Itália, a Alemanha, a Grã Bretanha e a França. O debate em volta da “terceira via” diz respeito substancialmente à reforma do *Welfare State* na era da globalização. Em seu livro, “*The Third Way*”, Anthony Giddens traça as linhas de uma sociedade de “*positive welfare*” e de estratégias de investimento. Este é o início da discussão sobre estruturas de uma Europa social e democrática que continuará, com certeza, nos próximos anos.

Danilo Zolo – *Você acha, então, assim como Giddens e os social-democratas europeus, que existam respostas políticas capazes de neutralizar os riscos mais graves da globalização econômica e de relançar o projeto de uma nova modernidade. É este, acredito, o aspecto mais sugestivo, mas também o mais problemático, do seu livro. Você enfatiza as possibilidades corretivas de uma série de intervenções que submetam as forças anarquistas do mercado global a regras políticas e a lógicas cooperativas. Entre estas intervenções você aponta, em particular, o incremento da cooperação internacional, a afirmação de uma concepção “inclusiva” da soberania dos Estados, o recurso a mecanismos de participação dos trabalhadores nos lucros da empresa, políticas de grande empenho no setor da formação, a sustentação das atividades profissionais autônomas (nos setores das novas tecnologias, das culturas experimentais, dos “mercados de nichos” e das empresas públicas).*

Ulrich Beck – Sim, é assim. Mas tenho consciência das resistências políticas e das críticas avançadas por parte de ambientes intelectuais. O “*Zeitgeist*” pós-moderno leva a crer fortemente no fim da política e da racionalidade social. Eu entrevejo, pelo contrário, o surgimento de uma grande temporada política. Mas, admito, no quadro de uma “modernidade reflexiva” a autodefinição subjetiva de uma situação que se identifica com a própria situação. Esta é uma das razões que me levam a ser assim nitidamente contrário ao pensamento pós-moderno: poderia se transformar numa profecia “auto-executante”. E seria, ainda por cima, uma profecia muito enjoativa e perigosa.

Danilo Zolo – *Coloquemos de lado o pessimismo intelectual dos pós-modernos e hipotizemos que sua profecia política seja capaz de se auto-executar virtuosamente. Fica o problema dos novos espaços e dos novos sujeitos da política transnacional. As suas indicações vão no sentido da recuperação da política em nível global, depois que a política dos Estados nacionais e dentro dos Estados nacionais parece cada vez menos eficaz e cada vez mais distante do modelo representativo. Mas quais são as arenas transnacionais onde se possam realizar os objetivos que você indica? E onde estão as forças políticas e econômicas potencialmente interessadas neste tipo de intervenção corretiva? Ou você pensa numa revolução nos estilos de vida dos cidadãos ocidentais que os afastem dos valores do mercado e os deixem imunes à sua potente e penetrante ideologia aquisitiva?*

Ulrich Beck – Sim claro, você tem razão, serão necessários novos projetos políticos: partidos cosmopolitas capazes de operar em termos de representação transnacional dos interesses, mas que o façam nas arenas políticas dos Estados nacionais. Estes sujeitos podem, portanto, afirmar-se, no plano pragmático e organizativo, apenas em formas plurais: ou seja, como movimentos nacionais e globais ao mesmo tempo, como partidos locais representando “cidadãos globais”. Os partidos cosmopolitas deveriam competir com os partidos nacionais dentro das competições políticas (aparentemente) nacionais. Estes seriam os primeiros atores em condições de experimentar no plano político as estratégias já há tempo adotadas pelas corporações industriais e de libertar-se da prisão territorial do Estado nacional. E deveriam ser ativos em vários níveis e pôr os interesses dos Estados nacionais em concorrência entre eles. Mas, você poderá perguntar, onde estão os eleitores dispostos a serem representados por este tipo de partido cosmopolita? Acho que é nas grandes metrópoles, nas “cidades globais”, que pode nascer uma compreensão pós-nacional da política e uma correspondente concepção pós-nacional do Estado, da justiça, da arte, da ciência e das relações públicas. Mas não quero dizer com isso que seja suficiente estar ligado à Internet para ser cidadão global.

6 – Que ordem política mundial?

Danilo Zolo – *Continua aberto, ao meu ver, o tema das formas e das instituições da política transnacional: um tema que em seu livro você não encara de maneira explícita, salvo por assumir o processo de integração europeia como um importante ponto de referência prática e teórica. Mas os fenômenos de integração regional hoje em curso em algumas das áreas mais ricas do planeta parecem dificilmente exportáveis em nível global. Podem, aliás, ser vistas como um reforço da lógica particularista da soberania estatal em vez de um passo a mais em direção ao objetivo desejado da governança democrática do mundo. Você acha que a formação de um “super-Estado-europeu”, isto é, de uma entidade político-econômico-militar dotada de poderes excepcionalmente elevados, seja uma perspectiva confortadora aos fins de uma atenuação dos riscos da globalização econômica?*

Ulrich Beck – Não acredito num super-Estado europeu. Isto também seria um modelo de modernização de caráter linear, em vez de reflexivo. A Europa é um “eldorado” de diferenças e, pessoalmente, acho que deveria continuar assim na era da globalização. Mas, ao mesmo tempo, a Europa é o laboratório onde se pode experimentar uma sociedade e uma política cosmopolita. A adoção de uma moeda única nos leva para esta direção. Quanto mais o Euro tiver sucesso mais urgentemente a Europa precisará de uma alma democrática. Uma vez realizada a união monetária, a Europa deve fortalecer-se graças a novas idéias políticas e a debates, a instituições e associações civis que atravessem as fronteiras dos Estados-membros. Só uma Europa intelectualmente vital tem condições de reelaborar a velha idéia europeia de democracia para a nova era global.

Danilo Zolo – *Permita-me, para concluir, algumas perguntas com relação às funções que, do seu ponto de vista, o direito internacional pode desenvolver para conter os avanços eversivos da globalização econômica e para garantir uma nova ordem mundial. Em seu livro você cita “Zum ewigen Frieden” de Kant e em alguns trechos parece simpatizar com o ideal de um “direito cosmopolita” e de um “pacifismo jurídico”. Pergunto: você acha, como Kelsen e seus epígonos, que o direito e as instituições internacionais sejam o instrumento principal para garantir a ordem mundial e em particular uma paz estável e universal? Concorda, em outras palavras, com as teses kelsenianas de “Peace through Law”?*

Ulrich Beck – Concordo, sem dúvida. Ao alvorecer da segunda modernidade devemos nos perguntar: quem são, no plano intelectual, os pais fundadores da sociedade global cosmopolita? Para mim, entre outros, são de grande atualidade Kant e Kelsen, mas também, por exemplo, Nietzsche, Hannah Arendt e Montaigne.

Danilo Zolo – *E qual é o provável destino da Organização das Nações Unidas? A globalização favorece ou pede seu fortalecimento? Ou então deverá acabar-se com ela? A ONU tem condições, não só de garantir a paz entre os Estados, mas também de contrastar a difusão da produção das armas de guerra e de vencer o desafio das grandes organizações criminosas – comércio de armas, de drogas, de mulheres e de emigrantes – que já tomaram dimensões globais?*

Ulrich Beck – A democracia transnacional deverá levar em conta algumas transformações fundamentais ocorridas na organização transnacional do crime e da violência. As clássicas distinções entre “guerra” e “paz”, “interno” e “externo”, “sociedade civil” e “barbárie” – distinções associadas à autonomia do Estado nacional – já estão superadas. Ao mesmo tempo é possível identificar novas tendências civis que poderiam fornecer as bases para uma paz estável. As Nações Unidas devem certamente ser fortalecidas. Mas o fenômeno da globalização do crime e da violência exige também uma resposta por parte de uma estrutura de cooperação estatal.

Danilo Zolo – *Há quem tenha falado recentemente de uma global “expansion of judicial power”. Que você acha a respeito dos novos tribunais penais internacionais: os que já operam na ex-Iugoslávia e em Ruanda e o, permanente e universal, cujo estatuto foi aprovado em Roma, em junho passado [1998]? Você acha que possam oferecer uma contribuição significativa para a manutenção da paz e para a tutela dos direitos humanos? Você acha, como Jürgen Habermas, que o objetivo último deva ser uma jurisdição penal universal e, ao seu serviço, uma força de polícia supranacional?*

Ulrich Beck – Naturalmente, uma corte internacional seria, a longo prazo, uma grande conquista em favor de uma ordem cosmopolita. Trata-se de um projeto totalmente irrealizável? Eu acho que não. É um projeto tão irreal quanto o foi o

pedido de democracia 150 anos atrás na igreja de São Paulo em Frankfurt (durante a revolução alemã). Mas espero que, neste caso, se faça mais rapidamente.